

**ANEXO I**

**DECLARAÇÃO QUE NÃO EXERÇO FUNÇÃO PÚBLICA**

Eu, \_\_\_\_\_, CPF/MF nº \_\_\_\_\_, Declaro para fins de comprovação junto à Secretaria Municipal de Saúde que NÃO EXERÇO FUNÇÃO PÚBLICA, conforme o disposto no artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal em vigor, responsabilizando-me penalmente, civilmente e criminalmente na forma da lei. Por ser verdade, firmo o presente.

Senador Canedo, \_\_ / \_\_ / \_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

## ANEXO II

### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOR IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_,  
representada pelo(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF/MF  
nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins legais, a inexistência de impedimentos para  
contratar com a administração pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências  
posteriores. Por ser verdade, firmo o presente.

Senador Canedo, \_\_/\_\_/\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES E CONCORDÂNCIA**

Declaro para todos os fins que as informações e documentos apresentados são verdadeiros, bem como, que concordo com as cláusulas estabelecidas no Edital de Credenciamento nº \_\_ /\_\_ Instituto de Assistência Médica dos Servidores de Senador Canedo- IAMESC . Por ser verdade, firmo o presente.

Senador Canedo, \_\_ / \_\_ / \_

---

Assinatura do Representante Legal

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO, DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII, DO ART. 7º DA  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_,  
representada pelo(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF/MF  
nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins legais, que não possui no seu quadro de funcionários,  
menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição  
de aprendiz, a partir de quatorze anos em cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da  
Constituição Federal de 1988. Por ser verdade, firmo o presente.

Senador Canedo, \_\_/\_\_/\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

**ANEXO V**  
**RELAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**Ofício nº <nº do Ofício>/20XX    Senador Canedo, <dia> de <mês> de <ano>.**

A Excelentíssima Senhora  
Presidente do Instituto de Assistência à Saúde do Servidor Público de Senador  
Canedo – IAMESC

*Assunto: Solicitação de CRENCIAMENTO junto ao IAMESC.*

*Referência: Edital de Chamamento Público IAMESC nº XXX/20XXX.*

Senhora Presidente,

O(A) <Razão Social>, *peessoa jurídica de direito privado*, devidamente inscrito(a) no CNPJ sob o nº <Número do CNPJ>, CNES nº <Número do CNES>, Situado(a) na <Endereço Completo com CEP>, <Telefone>, <e-mail institucional>, neste ato representado por seu(ua) proprietário(a) <Nome do Proprietário>, <Nacionalidade>, <Estado Civil>, <Profissão>, portador do RG nº <Número do RG / Órgão Expedidor>, inscrito no CPF sob o nº <Número do CPF>, vem por meio desta, solicitar credenciamento junto ao Instituto de Assistência Médica do Servidor Publico de Senador Canedo - IAMESC, para execução de serviços de assistência à saúde de

Para tal, segue abaixo a relação de serviços a serem prestados mensalmente, tudo de acordo com os valores constantes da Tabela IAMESC:

*Fonte: Tabela Iamesc- Publicada no Diário Oficial do Município.*

---

<Nome do Proprietário>  
<Número do CPF>  
<Número do CNPJ>

## ANEXO VI

### **DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA E À REGULARIDADE FISCAL**

#### **• Documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA;**

- a) Cédula de identidade do representante legal da empresa;
- b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores;
- c) Cartão de CNPJ atualizado, com validade 90 dias (Comprovante de inscrição e situação cadastral);
- d) Comprovante de endereço atualizado, com validade 90 dias, telefone para contato e email;
- e) Alvará Sanitário atualizado, expedido pela Vigilância Sanitária ;
- f) Cópia do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde/CNES;
- g) Indicação do responsável técnico do serviço, por área, acompanhado do registro do mesmo no respectivo conselho de classe;
- h) Relação dos serviços a serem executados, em papel timbrado e assinado pela responsável da empresa; (Anexo V);
- i) Certidão de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual de Goiás, e Municipal do domicílio ou sede do proponente;
- j) Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal.
- k) Certidão de regularidade relativa junto à Justiça do Trabalho através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. —
- l) Declaração individual dos sócios da empresa, que não exerçam cargo, emprego ou função pública em papel timbrado da empresa e assinado pelo Representante Legal; (Anexo I);
- m) Declaração de que não existem fatos impeditivos para contratar com a administração pública em papel timbrado da empresa e assinado pelo Representante Legal ( Anexo II);
- n) Declaração de veracidade de informações e concordância em papel timbrado da empresa e assinado pelo Representante Legal (Anexo III);
- o) Se empresa, declaração de que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor 16 anos de idade, em trabalho de qualquer natureza, exceto na condição de menor aprendiz, a partir de 14 anos de idade, em cumprimento do disposto no Inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal de 1988, em papel timbrado da empresa e assinado pelo Representante Legal (Anexo IV)
- p) Relação de corpo clínico dos profissionais que irá prestar serviços ao IAMESC - ( Anexo VII)

**OBS: Todos os documentos exigidos neste edital deverão estar com a data de validade em vigor na data do envio da proposta.**

● ***DA HABILITAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA E DA VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS***

1. Para fins de comprovação da habilitação econômico-financeira, bem como da inexistência de impedimentos legais para contratar com a Administração Pública, as interessadas deverão apresentar a seguinte documentação, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

1.1. Regularidade econômico-financeira

a) **Certidão negativa de falência ou de recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica**, na forma da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, e do inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, emitida há, no máximo, 90 (noventa) dias da data de abertura do chamamento público, quando não constar prazo de validade expresso no documento;

1.2. Verificação de impedimentos e sanções

b) Certidão negativa de registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

c) Certidão negativa de registro no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, conforme disposto no § 4º do art. 91 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

d) Certidão negativa de condenações cíveis por atos de improbidade administrativa e de inelegibilidade, emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, nos termos da legislação vigente.

2. A inexistência de registros nos cadastros e certidões mencionados neste item constitui condição indispensável para o credenciamento, assegurando a observância dos princípios da legalidade, moralidade, probidade administrativa, segurança jurídica e interesse público.

## ANEXO VII - RELAÇÃO DO CORPO CLÍNICO

Eu \_\_\_\_\_, (informar a sigla do Conselho de Classe) / \_\_\_\_\_, Diretor (a) Técnico (a) da empresa denominada \_\_\_\_\_, CNPJ nº: \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins que os médicos/especialistas que prestaram atendimento no estabelecimento para atendimento nos termos do Edital de chamamento público nº \_\_\_\_\_/2026 são os seguintes:

Nº DO CONSELHO	NOME COMPLETO	ESPECIALIDADE

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome completo e assinatura Diretor Técnico-Profissional

\_\_\_\_\_  
Nome completo e assinatura do Representante Legal da Empresa